UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL MANTOVANI OZORIO CAMPOS

**ANÁLISE CRÍTICA DO PROCEDIMENTO DE NOTIFICAÇÃO DA
LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO PELO ÓRGÃO AMBIENTAL AO
MINISTÉRIO PÚBLICO PARA APURAÇÃO DE CRIME CONTRA O MEIO
AMBIENTE**

CURITIBA

2023

GABRIEL MANTOVANI OZORIO CAMPOS

**ANÁLISE CRÍTICA DO PROCEDIMENTO DE NOTIFICAÇÃO DA
LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO PELO ÓRGÃO AMBIENTAL AO
MINISTÉRIO PÚBLICO PARA APURAÇÃO DE CRIME CONTRA O MEIO
AMBIENTE**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito Ambiental, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Direito Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Brenner Lucchesi
Coorientador: Prof. Dr. Alessandro Panasolo

CURITIBA

2023

Análise crítica do procedimento de notificação da lavratura do auto de infração pelo Órgão Ambiental ao Ministério Público para apuração de crime contra o meio ambiente

Gabriel Mantovani Ozorio Campos

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a necessidade de encerramento do processo administrativo decorrente da lavratura de Auto de Infração Ambiental, antes da notificação ao Ministério Público para apuração de crime contra o meio ambiente. Para isso, será realizado cotejo entre as normas de regência dos procedimentos administrativos provenientes do poder de polícia administrativo em matéria tributária, nos termos da legislação e jurisprudência pátria, expondo os prejuízos ocasionados ao devido processo legal e à legítima defesa.

Palavras-chave: Auto de Infração Ambiental. Responsabilidade. Processo Administrativo. Persecução Penal. Devido Processo Legal.

Critical analysis of the procedure of notification of the issuance of the environmental agency to the Public Prosecutor's Office to investigate a crime against the environment

ABSTRACT:

This paper aims to demonstrate the need to finalize the administrative process resulting from the issuance of a Notice of Environmental Violation before notifying the Public Prosecutor's Office to investigate a crime against the the environment. To this end, a comparison will be made between the rules governing administrative procedures stemming from the power of administrative police in tax matters, under the terms of legislation, case law, exposing legislation, the damage to the due process of law and to the legitimate defense.

Keywords: Environmental Infraction Notice. Liability. Administrative Procedure. Criminal Prosecution. Due Process of Law.

1 INTRODUÇÃO:

O processo administrativo para apuração da responsabilidade ambiental é iniciado com a lavratura do Auto de Infração, a partir de onde será oportunizado o contraditório ao autuado, inclusive com a produção de provas técnicas.

No cenário atual, é comum que ocorra a imediata comunicação ao Ministério Público acerca da fiscalização, para apuração de ilícitos penais. Isso ocorre pois, no direito brasileiro a responsabilidade ambiental é apurada simultaneamente em seara administrativa, civil e penal.

Entretanto, a prática demonstra que as persecuções penais que se iniciam logo após a comunicação da lavratura de Auto de Infração pelo Órgão Ambiental, são tecnicamente ineficientes e geram insegurança jurídica.

Assim, o início da persecução penal tendo como fundamento apenas a cópia do Auto de Infração lavrado e o seu respectivo relatório de fiscalização – em muitos casos ausente – se mostra ineficiente para assegurar a sua efetividade, ainda mais ao se considerar que a apuração penal da conduta deveria ser o último recurso do estado (*ultima ratio*).

Em matéria tributária, o art. 83 da Lei 9.430/1996 estabelece que a representação fiscal para fins penais será comunicada ao Ministério Público para apuração relativa aos crimes contra a ordem tributária após a prolação de decisão final em esfera administrativa. Referida disposição foi ratificada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), através da ADI 4.980.

Assim, traçando um paralelo com a legislação tributária sobre o tema, utilizando-se como base, ainda, o entendimento doutrinário e jurisprudencial, demonstrar-se-á a necessidade de finalização do processo administrativo decorrente da lavratura de Auto de Infração Ambiental, antes da notificação ao *Parquet*.

Cabe destacar, ademais, que o término do processo administrativo é essencial para que o Direito Penal alcance o seu papel efetivo, em respeito à segurança jurídica, na medida em que a persecução penal se iniciaria apenas após a produção de arcabouço probatório preciso e eficaz de materialidade e autoria delitiva.

2 A TRÍPLICE RESPONSABILIDADE PELA PRÁTICA DE ILÍCITOS AMBIENTAIS E A DIFERENCIAÇÃO ENTRE AS RESPONSABILIDADES CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL

No Brasil, um único e mesmo ilícito ambiental pode impor simultaneamente três passivos, quais sejam: (1) responsabilidade administrativa; (2) responsabilidade criminal; e (3) responsabilidade civil.

Isso pois, a atuação do poder público, no âmbito de seu poder punitivo, é independente entre suas diferentes searas de controle, com fulcro, aliás, na previsão constitucional do §3º, do art. 225, da Constituição Federal.

E conforme entendimento de Francisco José Marques Sampaio, cada uma dessas searas de responsabilidade possuem finalidades diferentes (1998, P.8), muito embora se reconheça que a responsabilidade administrativa e a responsabilidade penal se assemelham de forma relevante.

De acordo com Curt Trennepohl, Terence Trennepohl e Natascha Trennepohl, a responsabilidade civil pelo dano ambiental objetiva a reparação do meio ambiente e a indenização pelos danos causados (2019, P. 34).

No campo da reparação civil, então, a responsabilidade é objetiva e prescinde da comprovação de culpa e dolo, bastando a comprovação do dano, conforme disposição do art. 14, §1º, da Lei n. 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente).

Além disso, através da Súmula n. 623 do Superior Tribunal de Justiça, tem-se que as obrigações ambientais, como as de reparação, “possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores”.

É também imprescritível a responsabilidade decorrente da reparação civil de dano ambiental, conforme restou assentado pelo Supremo Tribunal Federal através do Tema 999.

Diferentemente da responsabilidade civil pelo dano ambiental, entretanto, nos casos de responsabilidade administrativa ambiental, em razão de sua natureza punitiva, a sanção estatal possui caráter subjetivo, assim como em matéria penal.

Isso porque, a responsabilidade administrativa visa a aplicação de pena pela violação de obrigação imposta pelo ordenamento, não guardando

correspondência com o intuito da restauração, perseguida pela responsabilidade civil. É o que explica Édis Milaré (1996, P. 29).

De igual forma, Paulo Bessa Antunes afirma a função exclusivamente repressiva e pedagógica da sanção administrativa decorrente da autuação contra o poluidor, para que Estado exprima a todos as consequências pela prática de ilícitos contra o meio ambiente (1997, P. 117).

Nestes casos, somente pode ser punido aquele que, de alguma forma, contribuiu para o resultado lesivo ao meio ambiente. Assim, as sanções - penais ou administrativas - só podem ser aplicadas ao efetivo infrator (aquele que causou o dano), sendo pessoal e intransferível.

Essa análise foi objeto de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 1.401.500, de relatoria do Ministro Herman Benjamin. Por ocasião do julgamento, o Ministro Relator votou pelo provimento do recurso especial ao estabelecer a necessidade de comprovação de culpa para aplicação de penalidades administrativas, no que foi acompanhado pelos demais julgadores.

E são inúmeros os julgados Superior Tribunal de Justiça neste sentido, tratando-se de entendimento pacificado (E.g.: STJ - AgInt no AREsp: 1459420 SP 2019/0057159-0; STJ - AgInt no AREsp: 826046 SC 2015/0311163-2; STJ - REsp: 1805023 SP 2019/0033061-6)¹.

E o ponto comum de fundamentação dos mencionados julgados neste sentido está, para além da aplicabilidade da teoria penal da culpabilidade, na necessidade de aferição do nexos causal entre a conduta imputada ao administrado com o dano ambiental.

Seguindo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o IBAMA recentemente aprovou o Parecer 00004/2020/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU, através do Despacho 11459461/2021-GABIN, de lavra do seu então presidente Dr. Eduardo Fortunato Bim, atribuindo efeito vinculante ao caráter subjetivo da responsabilidade administrativa ambiental, à todas as ações fiscalizatórias daquela Autarquia Ambiental Federal.

Quanto ao tema, Talden Farias e Terence Trennepohl explicam a problemática a partir da dificuldade que os Órgãos Ambientais encontram na

¹ Os citados julgamentos estabeleceram a necessidade de comprovação de culpa para aplicação de penalidades administrativas, em analogia aos princípios do direito penal.

diferenciação desses diferentes campos de responsabilização pelo ilícito ambiental, sendo que, muitas vezes, acabam por estender as regras da responsabilidade civil no plano da responsabilidade administrativa (2019, P. 480 a 482).

Assim, deve-se atentar ao fato de que nos processos administrativos decorrentes da lavratura de Auto de Infração Ambiental não se deve utilizar da sistemática atribuída à responsabilidade civil, de que trata a Lei Federal nº 6.938/1981, mas se deve obedecer às regras do direito sancionador, derivadas em matéria ambiental da Lei Federal nº 9.605/2008 e do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Dentre essas regras, como visto, verifica-se a possibilidade de aplicação de sanção apenas com comprovação de culpa ou dolo.

Sobre o assunto, os já citados Curt Trennepohl, Terence Trennepohl e Natascha Trennpohl enfatizam a imprescindibilidade de que a autuação administrativa apresente elementos mínimos de comprovação de autoria infracional, assim como nexos de relação com a prática do ato ilícito (2019. P. 42).

Verifica-se, portanto, evidente a semelhança entre as sanções administrativas e penais. Outrossim, conforme exposto, os tribunais pátrios aplicam a sistemática do Direito e do Processo Penal aos processos administrativos oriundos de Autos de Infrações Ambientais (e aos atos derivados do poder sancionador em geral).

Afinal, conforme explica Luiz Regis Prado, no campo do meio ambiente, a tutela penal guarda grande relação de dependência com a norma administrativa. Neste sentido, ainda, o mencionado autor destaca que “a lesão à norma administrativa integra o tipo de injusto como um de seus elementos” (2019. P. 40 a 41).

E isso pode ser identificado, por exemplo, nos ilícitos penais tipificados nos arts. 29, 30, 31, 39, 44, 46, 50-A, 51, 52, 55, 60, 63, 64, 66, 67, 69-A, todos da Lei Federal nº 9.605/1998, eis que englobam em seu tipo condutas relacionadas diretamente à atos administrativos, integrando as suas circunstâncias elementares, seja pela ausência de licenças ou autorizações, ou até mesmo pela prática de atos indevidos por funcionário público no âmbito de processo de licenciamento ambiental.

Como visto acima, a sanção administrativa tem função punitiva e pedagógica. De igual forma, é a função da sanção penal, que além de objetivar a prevenção, também busca a reeducação do agente, conforme define Jason Albergaria (1996, P. 20).

Entretanto, esta, de acordo com Guilherme Nucci, deve se reservar aos casos mais graves, por se tratar do ramo mais rígido do Direito, onde as mais graves sanções são aplicáveis, como a privação de liberdade (2020, P. 74)

Para diferenciá-las, então, deve-se analisar a natureza da pena cominada. De acordo com a Lei de Introdução do Código Penal e a Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.914/1941) crime é “a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa”.

Percebe-se, portanto, que a seara penal se diferencia da seara de sanção administrativa não pelo objetivo da pena cominada, mas pela sua gravidade. Deste modo, ao Direito Penal, campo mais rígido da repressão estatal, as penas revelam natureza corporal (privação de liberdade), ainda que cominadas com penas acessórias.

Estabelecida esta circunstância, passa-se a análise de algumas penas cominadas pela Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998), que atingem natureza muito mais administrativa do que propriamente penal.

Exemplo disso está nas sanções aplicáveis às pessoas jurídicas, de acordo com os arts. 21 a 23 da Lei Federal nº 9.605/1998. Dentre as penas ali descritas estão: multa; restritiva de direitos; e prestação de serviços à comunidade.

Ainda, quanto as penas restritivas de direito, o art. 22 da Lei Federal nº 9.605/1998 estabelece a suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Por sua vez, sobre as penas de prestação de serviços à comunidade, o art. 23 da Lei Federal nº 9.605/1998 elenca o custeio de programas e de projetos ambientais, a execução de obras de recuperação de áreas degradadas, a manutenção de espaços públicos e contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

Tem-se, portanto, evidentemente administrativa a natureza das referidas reprimendas cominadas às pessoas jurídicas que pratiquem crimes ambientais.

Confirma-se isso pela simples análise das sanções descritas pelo art. 3º, do Decreto Federal nº 6.514/2008. Em seus incisos, II, VII, IX e X, são elencadas sanções muito semelhantes, senão iguais àquelas descritas no art. 22, da Lei Federal nº 9.605/1998:

Art. 3º As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções: (...)
II - multa simples; (...)
VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (...)
IX - suspensão parcial ou total das atividades; e
X - restritiva de direitos.

De igual forma, o art. 20 do Decreto Federal nº 6.514/2008 ao estabelecer as sanções restritivas de direitos aplicáveis de acordo com o inciso X de seu art. 3º, também elenca reprimendas muito semelhantes àquelas descritas no art. 22, da Lei Federal nº 9.605/1998:

Art. 20. As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são: (...)
III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;
IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e
V - proibição de contratar com a administração pública;

Ou seja, a semelhança é tamanha entre as infrações e os crimes ambientais, à luz da Lei Federal nº 9.605/1998 e do Decreto Federal nº 6.514/2008, que em muitos casos não é possível identificar a ocorrência de crime antes da análise administrativa. Além disso, as penas cominadas à grande parte dos ilícitos penais possuem caráter estritamente administrativo.

Assim, a despeito da independência entre as instâncias administrativa e penal, de acordo com o que expõe Luiz Regis Prado, não se pode negar a necessidade de que ambas atuem de forma coordenada, sob pena de que a intervenção penal ocorra em excesso (2019, P. 43).

Mostra-se, portanto, pouco eficaz o oferecimento de denúncia antes do término do processo administrativo decorrente da lavratura de Auto de Infração Ambiental, uma vez que na maioria dos casos o processo administrativo é

necessário para identificação do delito, tendo como obrigatoriedade a observância ao devido processo legal e a legítima defesa.

Assim, sendo tão dependentes uma da outra, como visto, a atuação coordenada entre as instâncias penal e administrativa refletiria inúmeros benefícios, além de economia e eficiência, a seus respectivos processos.

3 O DEVIDO PROCESSO LEGAL EM SERA ADMINISTRATIVA E O DIREITO PENAL COMO *ULTIMA RATIO* – SUFICIÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR EM MATÉRIA AMBIENTAL

Conforme explica Celso Antônio Bandeira de Mello, há garantia aos cidadãos perante os atos do Poder Público, que deverá seguir regras legais não só no que diz respeito ao direito substancial, como aos procedimentos estabelecidos para a sua persecução. Trata-se do exigível respeito em seara administrativa ao *due process of law* (2021, P. 403).

Sem a observância estrita às regras procedimentais aplicáveis ao processo administrativo, o administrado estaria enfraquecido diante da máquina pública.

Vale destacar aqui, ainda que brevemente, a diferenciação entre processo e procedimento administrativo. Embora exista divergência na doutrina sobre o tema, Celso Antônio Bandeira de Mello destaca o adequado posicionamento segundo o qual “processo” seria a sucessão encadeada de atos administrativos voltados à um fim conclusivo, enquanto “procedimento” se reservaria ao rito procedimental de cada processo (2021, P. 400 a 401).

Não se pode negar que é muito comum verificar o tratamento de “procedimento” aos feitos administrativos de função não contenciosa, como é o caso do licenciamento ambiental, reservando-se a terminologia de “processo” aos feitos contenciosos, como aqueles advindos do poder sancionador estatal, ao exemplo do processo instaurado pela lavratura de Auto de Infração Ambiental.

Entretanto, autores como Curt Trennepohl e Terence Trennepohl tratam do licenciamento ambiental como “processo administrativo” (2020, P. 53 a 54) ao mesmo tempo em que Celso Antonio Pacheco Fiorillo se refere ao licenciamento ambiental como “procedimento” (2021, P. 276 a 277).

Não obstante, é importante destacar para o presente estudo que em qualquer dos casos, contencioso ou não, o devido processo legal deve ser seguido em âmbito administrativo. Afinal, conforme já asseverava Carnelutti, o processo não é reservado à seara judicial, estendendo-se ao campo legislativo e administrativo (1975, P. 278).

Por esta razão, ademais, aos processos administrativos o Código de Processo Civil será aplicável supletiva e subsidiariamente, por força do que estabelece o seu art. 15. Neste caso, o próprio legislador tratou do feito administrativo em sentido amplo como “processo”:

Art. 15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.

E com a observância ao devido processo legal no campo administrativo, deve-se consecutivamente privilegiar a observância à legítima defesa, especialmente ao se tratar de processo instaurado em decorrência do poder sancionador estatal.

Este direito é garantido pela Constituição Federal no capítulo das garantias fundamentais (art. 5º, LV) e pela legislação infraconstitucional, especialmente através do art. 70, 4º da Lei Federal nº 9.605/1998.

Em síntese, a ampla defesa é o princípio que garante que todos tenham direito a defesa, seja em processo judicial ou administrativo, podendo apresentar os argumentos e as provas favoráveis contra os fatos que lhe são imputados.

Tal princípio reflete a dupla proteção ao sujeito, no âmbito material e formal, para que o indivíduo receba instrumentos para atuar com paridade de condições em relação ao Estado-Persecutor.

A partir deste ponto, tem-se que a imposição sancionatória pelo estado deve sobrevir apenas como consequência de uma decisão condenatória onde não se satisfaça uma simples aparência de defesa, mas sim se permita e viabilize a legítima e eficaz defesa pelo autuado.

Até porque, para sustentar a validade da sanção administrativa aplicada, a Administração Pública deverá atender aos princípios básicos do Direito Administrativo no processo da sua apuração, como os princípios da legalidade,

da anterioridade, da tipicidade, da exigência de voluntariedade, além dos importantíssimos princípios da motivação e proporcionalidade.

Aliás, a Lei Federal nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo federal, prevê de forma expressa em seu art. 2º a sujeição da Administração Pública aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

E as normativas estaduais e municipais também têm trazido para si lógica da legislação federal afeta ao tema, bem como a construção jurisprudencial dos Tribunais Superiores.

Exemplo disso está na Lei Municipal nº 15.852/2021 do Município de Curitiba, que “Dispõe sobre a política municipal de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente”, que dedicou capítulo exclusivo (Capítulo III) para o “Contraditório e a Ampla Defesa”.

Além disso, no âmbito do Estado do Paraná, a Instrução Normativa nº 002/2021, do Instituto Água e Terra, que “Determina regras e procedimentos para o trâmite dos processos administrativos de Auto de Infração Ambiental no âmbito do Instituto Água e Terra”, traz a necessidade de se assegurar o contraditório e ampla defesa para aplicação de penalidades administrativas já em seu art. 2º.

A partir desta premissa, verifica-se facilmente que a mera lavratura de Auto de Infração Ambiental não se revela suficiente para suportar a ocorrência, ou não, da infração identificada, em primeiro lugar, pelo agente fiscal.

E se não serve nem para garantir a efetiva ocorrência de ilícito administrativo, não se pode cogitar que a lavratura de Auto de Infração Ambiental, sem o encerramento do processo administrativo com decisão de subsistência da autuação, seja suficiente para sustentar uma ação penal.

Infelizmente, isso é o que ocorre atualmente.

No entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello (2021, P. 817), há incompatibilidade com o devido processo legal na aplicação de sanções desta forma, visto que a Constituição Federal exige incondicionalmente o devido processo legal, independente de qual for o conjunto probatório que a Administração Pública detenha.

Portanto, antes da finalização do processo administrativo para imposição de sanção, com a devida observância ao devido processo legal, à legítima

defesa e aos princípios que regem a administração, não há como se sustentar a ação criminal.

Especialmente ao se verificar a prática adotada comumente pelos Ministérios Públicos do país, que oferecem denúncia por crime ambiental exclusivamente amparada apenas pelo Auto de Infração lavrado pelo Órgão Ambiental competente.

Esta equivocada prática clama por regulamentação procedimental sobre o tema.

E para fundamentar este ponto, não se pode perder de vista que o direito penal deve agir como *ultima ratio*, ou seja, como último instrumento de incidência para sancionar o fato ilícito (GOMES; MOLINA e BIANCHINI, 2007, P. 24).

O ajuizamento de ações penais prematuras não alcança a sua finalidade precípua de proteção de bens jurídicos indispensáveis à sociedade, o que pode levar à politização do Direito Penal (CALLEGARI e WERMUTH, 2010, P. 22).

Ora, o Direito Penal não pode ser considerado um fim em si mesmo. Somente ofensas realmente relevantes e existentes devem ser coibidas e protegidas por esta seara tão repressiva, cabendo de forma mais eficaz ao processo administrativo a função de resguardar a proteção do meio ambiente.

Outrossim, deve-se considerar a lição de Santiago Mir Puig, ao enaltecer que o Direito Penal não se mostra necessário quando há outros meios para proteger a sociedade e que sejam menos lesivos à direitos individuais (2007, P. 93 a 94).

Importante esta definição, eis que os Autos de Infrações Ambientais lavrados em face de práticas lesivas contra o meio ambiente se mostram, na maioria das vezes, suficientes para proteção do meio ambiente.

Como visto, em alguns casos até mesmo as sanções cominadas entre os ilícitos administrativos e os ilícitos penais são as mesmas em matéria ambiental, como é o caso daquelas aplicáveis às pessoas jurídicas (Cf. arts. 21 a 23 da Lei Federal nº 9.605/1998).

Além disso, as sanções administrativas aplicáveis são substancialmente eficientes para cumprir com o seu papel punitivo e pedagógico. Ao exemplo da infração de causar poluição, prevista no art. 61, do Decreto Federal nº 6.514/2008 (cópia quase que literal do art. 54 da Lei Federal nº 9.605/1998), tem-se que a multa pode alcançar relevantes patamares, ao variar entre R\$5.000,00

(cinco mil reais) a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), o que denota alto grau repressivo.

Em contraposição, a maior parte das condutas tipificadas como crime pela Lei Federal nº 9.605/1998 prevê penas privativas de liberdade não superiores a um ano (TRENNEPOHL, C; TRENNEPUHL, T.; e TRENNEPOHL, N. 2019, P. 37).

Por esta razão, na maior parte dos casos é viabilizada a transação penal ou oportunizada a suspensão condicional do processo, pelas regras dispostas nos arts. 27 e 28 da Lei Federal nº 9.605/1998 c/c arts. 72, 76 e 89 da Lei Federal nº 9.099/1995.

E quando não aplicável a transação penal ou a suspensão condicional do processo, ao final, as penas eventualmente aplicáveis poderão ser convertidas em restritivas de direitos, cuja natureza guarda similaridade essencial com as sanções administrativas previstas, muitas vezes, ao mesmo fato apurado.

Deste modo, o Direito Penal acaba deixando a sua posição de prevalência à ordem administrativa, para atuar de forma branda e secundária.

Em verdade, em muitos casos relacionados com delitos ambientais a atuação penal é dispensável e a seara administrativa se mostra suficiente e eficiente para proteção e resguardo do bem jurídico tutelado.

Com isso, a atuação coordenada entre estes dois importantes campos do poder punitivo estatal é essencial, inclusive para que se gere economia e eficiência, evitando-se a morosidade e o elevado custo do ajuizamento de ação penal ineficaz e se respeitando o real papel do Direito Penal na sociedade.

4 A PROBLEMÁTICA DA PROLAÇÃO DE DECISÕES CONFLITANTES ENTRE A PERSECUÇÃO PENAL E ADMINISTRATIVA ENVOLVENDO OS MESMOS FATOS – *BIS IN IDEM*

O princípio do *ne bis in idem* é uma proibição à dupla punição pelo mesmo fato. Tal princípio guarda seu assento no sistema do Estado Democrático de Direito, além de estar intimamente atrelado aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Com isso, evita-se a dupla valoração do mesmo comportamento, afastando-se a possibilidade de aplicação múltipla de sanções baseadas no mesmo fato (MILARÉ, 2007, P. 880).

De acordo com o que já se expôs no presente trabalho, vê-se que no Brasil é possível a punição do ilícito ambiental em seara penal, administrativa e civil, a partir da disposição do §3º, do art. 225 da Constituição Federal.

Entretanto, também se demonstrou a semelhança material existente entre o campo administrativo e o penal, inclusive no que diz respeito ao objetivo das sanções e penas aplicáveis.

Quanto ao tema, Celso Antônio Bandeira de Mello destaca a impossibilidade de “distinção substancial entre infrações e sanções administrativas e infrações e sanções penais”, uma vez que a diferenciação entre si estaria apenas na autoridade competente para aplicação de cada uma das reprimendas (2021, P. 808).

Luiz Regis Prado, por sua vez, destaca que os dois campos são apenas diferentes em sua origem normativa, porém idênticos em conteúdo material e estrutura lógica (2019, p. 45).

Neste sentido, não há diferenças entre a essência dos ilícitos administrativos e penais, podendo-se admitir apenas a distinção quantitativa ou de grau (REALE JR., P. 93).

Ainda, o princípio do *ne bis in idem* se conecta com o princípio da proporcionalidade, de modo que aplicação de sanção pela prática de determinada infração, uma única vez, esgotaria a reação punitiva, sob pena de exagero na repressão estatal.

A despeito de viável e plenamente legal a cumulação de sanções administrativas e penais sobre o mesmo ilícito ambiental no país, em face do que dispõe o já citado §3º, do art. 225, da Constituição Federal e pela própria Lei Federal nº 9.605/1998, não se pode deixar de reconhecer que a ausência de precisa delimitação procedimental e fixação de limites entre a atuação da jurisdição penal e administrativa contribui muito para a constituição de um grave cenário de insegurança jurídica.

Justamente por esta razão, Luiz Regis Prado defende a inafastável incidência do princípio constitucional do *ne bis in idem*, quando da incidência de ilícitos penais e administrativos sobre o mesmo fato praticado a partir da conduta

de um único agente e com mesma base de fundamentação protetiva e material (2019, P. 44).

E dentre os pontos que destacam a importância deste posicionamento, está justamente a situação de insegurança jurídica que é criada com a atuação de mais de uma seara estatal sobre o mesmo fato.

Luiz Regis Prado destaca, ainda, que a criação de ilícitos administrativos pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, que são idênticos a crimes tipificados na Lei Federal nº 9.605/1998, se constitui como uma “verdadeira anomalia no sistema jurídico brasileiro” (2019, p. 45 A 46).

Adota-se como exemplo da citada anomalia, os delitos previstos na Seção I e no Capítulo V da Lei Federal nº 9.605/1998. Todos os referidos delitos, que se referem aos crimes contra a fauna e contra o meio ambiente, estão previstos como infrações administrativas no Decreto Federal nº 6.514/2008.

Com isso, não raro a insegurança jurídica é criada pela própria Administração Pública, que adota a morosidade como indesejado *modus operandi* na análise dos processos instaurados pela lavratura de Autos de Infrações Ambientais, enquanto as persecuções penais iniciadas após a comunicação das infrações caminham de forma mais célere (o contrário também pode ocorrer, embora com menor recorrência).

Fato é que, muito embora em searas distintas, o curso de dois processos para aplicação de sanção sobre o mesmo fato e contra a mesma pessoa (seja física ou jurídica) gera inevitável cenário de insegurança jurídica.

Deve-se considerar neste raciocínio, a superioridade da jurisdição penal sobre a administrativa, visto que a jurisdição administrativa está subordinada a atividade judicial, não sendo rara a judicialização de processos decorrentes da lavratura de Auto de Infração Ambiental.

Sendo assim, iniciada a persecução penal para apuração da prática de crime tipificado na Lei Federal nº 9.605/1998, o correspondente processo administrativo instaurado para apurar a prática de infração descrita no Decreto Federal nº 6.514/2008 deveria se manter suspenso até a conclusão judicial do processo penal, uma vez que o *jus puniendi* não pode admitir decisões contraditórias (QUERALT, 1993, P.887).

Por corolário, no caso de absolvição penal antes do término do processo administrativo correlato, a Administração Pública não poderia adotar conclusão distinta (embora isso não se verifique na prática).

Outrossim, no caso de eventual imposição sancionatória em processo administrativo anterior à persecução penal, a punição aplicada em âmbito administrativo poderá ser deduzida da eventual sanção penal aplicável, quando verificada a mesma natureza (PRADO, 2019, P. 46 a 47).

Na prática, o que ocorre é o ajuizamento de ações penais amparadas na mera lavratura de Auto de Infração Ambiental, que caminham de forma mais célere do que o processo administrativo correlato.

Por esta razão, é comum deparar-se com Autos de Infrações que são anulados após o ajustamento de transação penal ou mesmo após o trânsito em julgado sentença penal condenatória. Destaca-se como uma das causas da celeridade da ação penal nos casos ambientais, conforme art. 27 da Lei Federal nº 9.605/1998, o menor potencial ofensivo atrelado à grande parte dos delitos ali tipificados.

De igual forma, esta é a causa para a falta de especialização dos juízos que enfrentam estes casos.

Diante disso, ao se adotar a dupla punição pelo mesmo fato e ao mesmo agente, em searas distintas, o legislador deveria ao menos se preocupar com a delimitação procedimental e com os limites de cada campo do poder sancionador, com intuito de evitar a insegurança jurídica derivada da possibilidade de prolação decisões conflitantes.

No cenário atual, mostra-se pouco precisa e clara a sistemática procedimental sobre o tema.

5 A NECESSIDADE DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS - ADI 4.980/DF – AUSÊNCIA E JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL

A representação fiscal para fins penais somente é encaminhada ao Ministério Público para apuração de crimes de apropriação indébita ou de sonegação fiscal, após o término do processo administrativo de constituição do crédito tributário correspondente.

Esta é a disposição do art. 83, da Lei Federal nº 9.430/1996, que “Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências”:

Art. 83. A representação fiscal para fins penais relativa aos crimes contra a ordem tributária previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e aos crimes contra a Previdência Social, previstos nos arts. 168-A e 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), será encaminhada ao Ministério Público depois de proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente.

O quarto parágrafo do referido dispositivo legal estabelece, ainda, a extinção da punibilidade “dos crimes referidos no *caput* quando a pessoa física ou a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos”:

§ 4º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos no *caput* quando a pessoa física ou a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento.

Esta disposição legal fora declarada constitucional pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.980/DF, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Através da referida ADI, a PGR buscava a declaração de inconstitucionalidade do art. 83, da Lei Federal nº 9.430/1996. Apesar disso, o Supremo Tribunal Federal ratificou a disposição legal e a vontade do legislador na proibição de instauração de ação penal, pelo Ministério Público Federal, antes da prolação de decisão administrativa definitiva pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), momento em que se confirmaria a existência de dívida e potencial ocorrência de delito fiscal.

A decisão do STF neste sentido reforça a importância do processo administrativo, na medida em que, considerando que em seu âmbito é respeitado o devido processo legal e a ampla defesa, a observância ao seu trâmite serve, inclusive, para evitar a desnecessária movimentação da custosa e complexa máquina estatal em diversas searas de forma simultânea.

Da análise da ementa do referido julgado, constata-se que dentre os fundamentos utilizados pelo STF para manutenção do dispositivo legal impugnado está justamente a linearidade do processo administrativo, o respeito aos princípios da ordem constitucional brasileira, além da finalidade do direito penal enquanto *ultima ratio*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INOCORRÊNCIA. NÃO COMPROMETIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. TUTELA ADEQUADA DOS BENS JURÍDICOS. RAZOABILIDADE DA OPÇÃO DO LEGISLADOR. LINEARIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-FISCAL. DIREITO PENAL ENQUANTO ULTIMA RATIO.

1. A conversão de medida provisória em lei, com absorção de conteúdo, torna prejudicado o debate sobre o atendimento dos pressupostos de sua admissibilidade. Precedente.

2. Eventual controle de urgência e relevância pelo Poder Judiciário só se faz possível em situações excepcionalíssimas, de evidente excesso ou abuso, sob risco de se romper com o princípio da separação dos poderes. Precedentes.

3. A norma contida no art. 83 da Lei n. 9.430/1996 é voltada ao agente público responsável pela constituição do crédito tributário, não tratando de tema de direito penal ou processual penal. Ausência de violação ao art. 62, caput e § 1º, I, "b", da Constituição Federal. ADI 1.571, ministro Gilmar Mendes.

4. Não há falar em ofensa ao princípio da isonomia tributária, tendo em vista que o dispositivo impugnado introduziu linearidade no procedimento administrativo, estendendo aos crimes de apropriação indébita e sonegação previdenciária a solução prevista para os demais delitos contra a ordem tributária.

5. A exigência do exaurimento do processo administrativo para efeito de encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público é disciplina que, em vez de afrontar, privilegia os princípios da ordem constitucional brasileira e se mostra alinhada com a finalidade do direito penal enquanto *ultima ratio*.

6. O art. 83 da Lei n. 9.430/1996, com a redação da Lei n. 12.350/2010, apenas estabelece requisito, direcionado ao agente administrativo, quanto ao encaminhamento da representação fiscal para fins penais ao Ministério Público. Em nada modifica a natureza jurídica do crime de apropriação indébita previdenciária, tampouco trata da justa causa para os delitos contra a ordem tributária.

7. A validade da norma atacada independe da controvérsia relacionada à natureza dos delitos nela mencionados – se material ou formal –, notadamente o de apropriação indébita previdenciária. 8. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida e, no mérito, julgada improcedente.

A PGR sustentou, dentre outros argumentos, que o art. 83, da Lei Federal nº 9.430/1996, favoreceria a impunidade de condutas criminosas, conferindo suposta proteção insuficiente ao bem jurídico tutelado.

Além disso, ainda sustentou que o art. 83, da Lei Federal nº 9.430/1996, impossibilitaria o acesso, pelo Ministério Público, aos elementos necessários para se ofertar denúncia, o que prejudicaria a persecução penal.

Este posicionamento evidencia a grave situação de judicialização vã e apressada por órgãos que deveriam prezar pela defesa da ordem jurídica, levando a demandas judiciais deficitárias, principalmente no que diz respeito ao meio ambiente e a ordem tributária.

Em verdade, somente com o encerramento do processo administrativo é que o *Parquet* teria subsídio mínimo para oferecimento de eventual denúncia pela prática de conduta penal, evitando-se, ainda, a movimentação da máquina judiciária com ações penais ineptas.

Além disso, por força da Súmula Vinculante nº 24 do Supremo Tribunal Federal, falta justa causa para a ação penal pela prática dos delitos tipificados nos incisos I a IV do art. 1º da Lei Federal nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo:

Súmula Vinculante 24: Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.

Assim, enquanto não proferida decisão que considere o lançamento definitivo do tributo em processo administrativo, não se vislumbra justa causa para ajuizamento de ação penal pelos crimes tipificados nos incisos I a IV do art. 1º da Lei Federal nº 8.137/1990.

Esta foi a conclusão alcançada pelos ilustres ministros nos precedentes que originaram a Súmula Vinculante nº 24 (HC 85185, Publicação: DJ de 01/09/2006; HC 85463, Publicação: DJ de 10/02/2006; HC 83353, Publicação: DJ de 16/12/2005; HC 86120, Publicação: DJ de 26/08/2005; HC 85428, Publicação: DJ de 10/06/2005; HC 81611, Publicação: DJ de 13/05/2005).

A título de exemplo, colaciona-se as ementas do HC 85185 e do HC81611, onde a ausência de justa causa nestes casos foi justificada como consequência da atipicidade dos crimes dos incisos I a IV do art. 1º da Lei Federal nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo:

EMENTAS: 1. COMPETÊNCIA CRIMINAL. Habeas corpus. Impetração contra decisão de ministro relator do Superior Tribunal de Justiça. Indeferimento de liminar em habeas corpus. Rejeição de proposta de cancelamento da súmula 691 do Supremo. Conhecimento admitido no caso, com atenuação do alcance do enunciado da súmula. O enunciado da súmula 691 do Supremo não o impede de, tal seja a hipótese, conhecer de habeas corpus contra decisão do relator que,

em habeas corpus requerido ao Superior Tribunal de Justiça, indefere liminar. 2. AÇÃO PENAL. Tributo. Crime contra a ordem tributária, ou crime tributário. Procedimento administrativo não encerrado. Pendência de recurso administrativo. Lançamento não definitivo. Delito ainda não tipificado. Jurisprudência assentada do Supremo. Constrangimento ilegal caracterizado. Extinção do processo. HC concedido de ofício para esse fim. Pedido prejudicado. Crime contra a ordem tributária não se tipifica antes do lançamento definitivo de tributo devido. (HC 85185, Relator(a): CEZAR PELUSO, Tribunal Pleno, julgado em 10/08/2005, DJ 01-09-2006 PP-00018 EMENT VOL-02245-04 PP-00800)

EMENTA: I. Crime material contra a ordem tributária (L. 8137/90, art. 1º): lançamento do tributo pendente de decisão definitiva do processo administrativo: falta de justa causa para a ação penal, suspenso, porém, o curso da prescrição enquanto obstada a sua propositura pela falta do lançamento definitivo. 1. Embora não condicionada a denúncia à representação da autoridade fiscal (ADInMC 1571), falta justa causa para a ação penal pela prática do crime tipificado no art. 1º da L. 8137/90 - que é material ou de resultado -, enquanto não haja decisão definitiva do processo administrativo de lançamento, quer se considere o lançamento definitivo uma condição objetiva de punibilidade ou um elemento normativo de tipo. 2. Por outro lado, admitida por lei a extinção da punibilidade do crime pela satisfação do tributo devido, antes do recebimento da denúncia (L. 9249/95, art. 34), princípios e garantias constitucionais eminentes não permitem que, pela antecipada propositura da ação penal, se subtraia do cidadão os meios que a lei mesma lhe propicia para questionar, perante o Fisco, a exatidão do lançamento provisório, ao qual se devesse submeter para fugir ao estigma e às agruras de toda sorte do processo criminal. 3. No entanto, enquanto dure, por iniciativa do contribuinte, o processo administrativo suspende o curso da prescrição da ação penal por crime contra a ordem tributária que dependa do lançamento definitivo. (HC 81611, Relator(a): SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 10/12/2003, DJ 13-05-2005 PP-00006 EMENT VOL-02191-1 PP-00084)

Essa justificativa se incorporou à redação da Súmula Vinculante nº 24, o que se pode verificar da sua simples leitura. Aliás, da análise da Proposta de Súmula Vinculante nº 29, especialmente a partir da proposta do Ministro Cezar Peluso, tem-se que a ausência de elemento normativo do tipo foi o fundamento utilizado para a declaração de falta de justa causa para a ação penal referente aos delitos dos incisos I a IV do art. 1º da Lei Federal nº 8.137/1990, antes do lançamento do tributo.

E de fato, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento de que a atipicidade da conduta configura a ausência de justa causa para a ação penal (E.g.: HC 191914 AgR, Relator(a): Dias Toffoli, Primeira Turma, julgado em 03/05/2021, Processo Eletrônico, DJe-162, Divulg. 13-08-2021, Public. 16-08-2021).

Isto posto, se mostra adequada a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4.980/DF. Neste sentido, o Ministro Relator Nunes Marques destacou no âmbito do referido julgado a indispensabilidade do exame integral das infrações pela autoridade fazendária como forma de se evitar o ajuizamento de ações penais prematuras, ressaltando a otimização de recursos estatais com este procedimento.

Além disso, o julgado também se fundamenta no direito penal como *ultima ratio*, na medida em que a lei deve garantir a cautela no acionamento da esfera penal pela Administração Pública (no caso, a Administração Tributária).

Extremamente importante a preocupação com a movimentação ineficiente do Poder Judiciário que se poderia estabelecer com a declaração de inconstitucionalidade do art. 83, da Lei Federal nº 9.430/1996, em particular ao se verificar a contrariedade à Súmula Vinculante nº 24 que seria instaurada.

Vale ressaltar, que essa ineficiente movimentação judiciária não se resume ao ajuizamento de ações penais ineptas. Não raro, os réus nas referidas demandas impetram inúmeros mandados de segurança na tentativa de coibir o início da persecução penal, além de *habeas corpus* para trancamento de ação penal.

E tudo isso que se discutiu no presente tópico se mostraria plenamente aplicável aos processos administrativos instaurados em decorrência da lavratura de Autos de Infrações Ambientais e às ações penais que são comumente ajuizadas de forma prematura apenas com amparo no Auto de Infração Ambiental, sem que tenha havido a sua confirmação administrativa, onde também se configuraria a falta de justa causa pela atipicidade dos delitos ambientais.

Assim, é fácil visualizar que a pacificação do tema pelo STF em matéria tributária demonstra a necessidade de resolução deste impasse também em outras searas do direito, como é o caso do Direito Ambiental.

6 CONCLUSÃO

As sanções administrativas somente podem ser aplicadas após o trâmite do processo administrativo, confirmando-se o ato administrativo inicial

(lavratura de Auto de Infração). Assim, não se poderia admitir o início da persecução penal antes do seu término.

O ajuizamento prematuro de ações penais amparadas apenas em Auto de Infração Ambiental lavrado pela autoridade administrativa sem decisão de subsistência do auto de infração, reflete um grave problema de insegurança jurídica.

Ao se verificar a evidente relação de dependência entre as instâncias administrativa e penal em matéria ambiental, na maior parte dos casos não se mostra possível a identificação de eventual ilícito penal sem a análise administrativa.

A grande maioria dos ilícitos penais tipificados na Lei Federal nº 9.605/1998 encontram correlação idêntica nas infrações descritas no Decreto Federal nº 6.514/2008, sendo as sanções aplicáveis em seara administrativa, muitas vezes, suficientes e mais eficientes para proteção do bem jurídico tutelado. Isso pois, as sanções, administrativa e penal, compartilham a mesma essência, natureza e objetivo.

Assim, as garantias processuais administrativas revelam extrema necessidade de atuação coordenada e sistematizada entre si, além do estabelecimento legal de seus limites de atuação, objetivando a garantia da segurança jurídica e a eficiência da atuação estatal.

A aplicação da sistemática tributária ao Direito Ambiental otimizaria de maneira representativa os processos administrativos instaurados após a lavratura de Auto de Infração Ambiental, assim como garantiria o ajuizamento de ações penais mais eficazes e confiáveis, evitando-se a mora da judicialização desnecessária.

Afinal, é necessária a criação de regramento claro, objetivo, eficaz e coordenado sobre a forma de comunicação dos ilícitos ambientais para fins penais.

7 REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Jason. Das Penas e da Execução Penal. 3 ed. Belo Horizonte: DelRey, 1996.

BESSA ANTUNES, Paulo de Bessa. Dano Ambiental. Revista Direito Ambiental. São Paulo, Ed. RT, n. 7.

BRASIL. Decreto-Lei 3.914, de 9 de dezembro de 1941. Lei de introdução do Código Penal (decreto-lei n. 2.848, de 7-12-940) e da Lei das Contravenções Penais (decreto-lei n. 3.688, de 3 outubro de 1941). Diário Oficial da União: Seção 1 - 11/12/1941, Página 23033 (Publicação Original).

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1 - 2/9/1981, Página 16509 (Publicação Original).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: Seção 1 - 5/10/1988, Página 1 (Publicação Original).

BRASIL. Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Diário do Congresso Nacional: Seção 1 - 29/3/1990, Página 2227 (Exposição de Motivos).

BRASIL. Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1 - 30/12/1996, Página 28805 (Publicação Original).

BRASIL. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1 - 13/2/1998, Página 1 (Publicação Original). Diário Oficial da União: Seção 1 - 17/2/1998, Página 1 (Retificação).

BRASIL. Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial da União: Seção 1 – 1 de fevereiro de 1999, Página 1 (Publicação Original).

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 85428. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, Segunda Turma, julgado em 17/05/2005. Diário da Justiça: 10-06-2005, PP-00060 EMENT VOL-02195-02 PP-00358 RDDT n. 119, 2005, p. 212-213 RTJ VOL-00193-03 PP-01072.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 85463. Relator: Ministro Carlos Britto. Brasília, Primeira Turma, julgado em 07/06/2005. Diário da Justiça: 10-02-2006, PP-00009 EMENT VOL-02220-02 PP-00240 LEXSTF v. 28, n. 328, 2006, p. 373-377.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 81611. Relator: Ministro Velloso. Brasília, Segunda Turma, julgado em 07/06/2005. Diário da Justiça: 01-07-2005 PP-00087 EMENT VOL-02198-02 PP-00366 LEXSTF v.27, n.322, 2005, p. 430-435.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 86120. Relator: Sepúlveda Pertence. Brasília, Primeira Turma, julgado em 09/08/2005. Diário da Justiça: 26-08-2005, PP-00028 EMENT VOL-02202-3 PP-00520 LEXSTF v. 27, n. 321, 2005, p. 496-500.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 85185. Relator: Ministro Cezar Peluso. Brasília, Tribunal Pleno, julgado em 10/08/2005. Diário da Justiça: 01-09-2006, PP-00018 EMENT. VOL-02245-04 PP-00800.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 83353. Relator: Marco Aurélio. Brasília, Primeira Turma, julgado em 13/09/2005. Diário da Justiça: 16-12-2005, PP-00083 EMENT VOL-02218-02 PP-00406 LEXSTF v. 28, n. 326, 2006, p. 372-379.

BRASIL. Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1 - 23/07/2008, Página 1 (Publicação Original).

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante nº 24. Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo. Sessão Plenária de 02/12/2009. Diário da Justiça Eletrônico: nº 232 – 11/12/2009, P. 1.

BRASIL. Lei 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: Seção 1 – 17/03/2015, Página 1, col. 2. (Publicação Original).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.401.500/PR. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, Segunda Turma, julgado em 16/08/2016. Diário da Justiça Eletrônico: 13/09/2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 826046/SC. Relator: Ministro Gurgel de Faria. Brasília, Primeira Turma, julgado em 27/02/2018. Diário da Justiça Eletrônico: 05/04/2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tema 999. Recurso Extraordinário nº 654833. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2020. Diário da Justiça Eletrônico: nº 157 – 23/06/2020, publicado em 24/06/2020. Recurso Extraordinário nº 654833. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, Tribunal Pleno, julgado em 31/05/2018. Diário da Justiça Eletrônico: nº 126 – 25/06/2018, publicado em 06/06/2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 623. As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor. Diário da Justiça: Seção 1 – 12/12/2018, publicada em 17/12/2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1805023/SP. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, Segunda Turma, julgado em 20/08/2019. Diário da Justiça Eletrônico: 18/10/2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1459420/SP. Relator: Ministro Gurgel de Faria. Brasília, Primeira Turma, julgado em 13/10/2020. Diário da Justiça Eletrônico: 23/10/2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 191914 AgR. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília. Primeira Turma, julgado em 03/05/2021. Diário da Justiça Eletrônico: nº 162, Divulg. 13-08-2021, Public. 16-08-2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.980. Relator: Ministro Nunes Marques. Brasília, 10 de março de 2022. Diário de Justiça Eletrônico: nº 094 – 16/05/2022, publicado em 17/05/2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Aprova o PARECER n. 00004/2020/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU, elaborado para fundamentar a revisão da Orientação Jurídica Normativa - OJN nº 26/2011/PFE/IBAMA. Gabinete da Presidência. Despacho nº 11459461/2021-GABIN. Eduardo Fortunato Bim, Presidente. Diário Oficial da União: Seção 1, 14/07/2022, P. 120 (Publicação Original).

CALLEGARI, André Luís; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Sistema penal e política criminal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

CARNELUTTI, Francesco. *Teoría General del Derecho Administrativo*. trad. Mexicana, São Paulo, Nacional, 1975.

CURITIBA. Lei Municipal 15.852, de 1º de julho de 2021. Dispõe sobre a política municipal de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico do Município de Curitiba: nº 127 – Ano X – 1 de julho de 2021, Página 38 (Publicação Original).

FARIAS, Talden; TRENNEPOHL, Terence. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 21. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

GOMES, Luiz Flávio; PABLOS DE MOLINA, Antonio García; BIANCHINI, Alice. Direito penal. Introdução e Princípios fundamentais, v.1. 1 ed. São Paulo: RT, 2007.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 35. ed. rev. e atual. até a Emenda Constitucional 109, de 15.03.2021 e a Lei 14.133, de 1.4.2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). São Paulo: Malheiros, 2021.

MILARÉ, Edis. Tutela Jurídico-Civil do Ambiente. Revista Direito Ambiental. São Paulo, Ed. RT, n. 0, 1996.

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 5ª. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. P. 880.

NUCCI, Guilherme Souza. Manual de Direito Penal. Ed. Forense. 16ª ed. Rio de Janeiro, 2020.

PARANÁ. Instrução Normativa 002, de 13 de outubro de 2021. Instituto Água e Terra. Determina regras e procedimentos para o trâmite dos processos administrativos de Auto de Infração Ambiental no âmbito do Instituto Água e Terra. Diário Oficial do Estado do Paraná: Edição Digital nº 11038 – 15 de outubro de 2021, Página 75 (Publicação Original).

PRADO, Luiz Regis. Direito penal do ambiente: crimes ambientais (Lei 9.605/1998). 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

QUERALT, J. J. Ne bis in idem: significados constitucionales, 1993, p. 887. In: Prado, Luiz Regis. Direito penal do ambiente: crimes ambientais (Lei 9.605/1998). 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

REALE JÚNIOR, Miguel. Ilícito administrativo e o jus puniendi geral. In: Prado, Luiz Regis. Direito penal do ambiente: crimes ambientais (Lei 9.605/1998). 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SAMPAIO, Francisco José Marques. Responsabilidade Civil e Reparação de Danos ao Meio Ambiente. São Paulo: Lumen Juris, 1998.

SANTIAGO, Mir Puig. Direito penal: fundamentos e teoria do delito. Trad. Claudia Viana Gacia, José Carlos Nobre Porciúncula Neto. São Paulo: RT, 2007.

TRENNEPOHL, Curt; TRENNEPOHL, Terence; TRENNEPOHL, Natascha. Comentários ao Decreto 6.514/2008. 3 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

TRENNEPOHL, Curt; TRENNEPOHL, Terence. Licenciamento Ambiental. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.